



V Encontro Estadual Servidores do Judiciário de São Paulo aprova a pré-pauta de reivindicações

PÁGINAS 6 E 7

Iamspe

A luta por melhor atendimento médico na Baixada Santista

PÁGINA 9

São Paulo

Sede recebe o Programa Saúde da Visão e demonstração de quick massage

PÁGINA 8

Sindicalismo Libertário

História de luta da classe trabalhadora

PÁGINA 4

Confira a programação

Atividades e lista de conveniados

PÁGINAS 10, 11 E 12



Reunião no TJ: Sartori tenta justificar o anúncio de 6,5%

PÁGINA 5

Editorial

É sempre bom lembrar...

Mais um ano se inicia. Não que esteja começando o ano, porém, esta é a primeira edição de "O Processo" de 2013, e, sendo a primeira, vale fazer uma breve retrospectiva.

Em 2012 ocorreram muitas mudanças no Tribunal de Justiça de São Paulo, começando pelo pagamento de atrasados e indenizações, coisa que há muito não acontecia, respeito à data-base, criação do cargo de assistente jurídico e toda uma modificação na forma de administrar o judiciário por região, cujos reflexos começamos a sentir mais a partir deste ano.

E também um assunto que não pode

deixar de ser lembrado é sobre o Conselho Nacional de Justiça que, com suas determinações, alterou a rotina dos cartórios, mesmo que alguns não tenham percebido, pois depois de certo tempo elas passam a fazer parte do seu dia a dia e nem lembramos mais de como era feito o trabalho. Outro fato em relação ao CNJ é que até hoje não temos certeza do resultado efetivo daquela inspeção feita no TJ-SP.

E ainda não foi implantada a tão comentada Resolução do CNJ, nº 005389-73.2012.2.0000, que ataca os direitos dos servidores, prevê metas de produ-

tividade e prêmios por tal que poderiam, de certa forma, substituir a reposição salarial, com cálculos difíceis até de se entender.

Uma certeza que temos é que as conquistas de 2012 são devidas a toda luta realizada em anos anteriores, muitas vezes com greves cansativas, mas necessárias, e nas quais mostramos nossa força, união e respeito à decisão da maioria, sempre tomada em Assembleia.

Em 2013 precisamos continuar unidos. Não é porque o atual presidente mostra respeito pelo servidor, pelas entidades e por nossos direitos que va-

mos nos acomodar. A tirania está apenas adormecida e de um momento para o outro um novo presidente eleito pode fazer da sua vontade a única lei e voltar a nos tratar com total descaso, por isso temos que nos manter atentos e participativos, pois a tirania não pode encontrar trégua em um ambiente de democracia, respeito e participação.

Não podemos esquecer que estamos no mês da data-base (março), e todo trabalho que fizermos refletirá por toda a nossa vida funcional.

Não fique só, fique sócio da Assojubs!

ESPAÇO DO LEITOR

Este é um espaço dedicado aos leitores de "O Processo" para que se expressem de diferentes formas, seja através de opiniões, poesias e crônicas.

Faça parte do nosso informativo, escreva para faleconosco@asojubs.com.br ou entregue seu material junto à Diretoria de Comunicação.



Atividades

Retorno da prática esportiva na quadra do Colégio Cais Santista

Desde 28 de fevereiro retornaram as atividades esportivas para associados e dependentes da Assojubs - vôlei feminino e futsal masculino - no Colégio Cais Santista, todas as quintas-feiras, das 19 às 22h30. A quadra fica na Rua Sete de Setembro, 34, Vila Nova.

Em São Vicente, a Assojubs também disponibiliza um espaço para a prática do futebol de campo, aos sábados, das 9 às 11 horas. É no São Paulino, que fica na Rua Tenente Durval do Amaral, s/n, Catiapoã.

E para os associados e dependentes de Praia Grande, o futebol society pode ser praticado todas as quartas-feiras, das 20 às 21h30, na Arena Ômega Fitness, sito à Av. Presidente Kennedy, 13048, lj. 19C, Vila Mar.

e-mails: faleconosco@asojubs.com.br
secretaria@asojubs.com.br
www.asojubs.org.br



E X P E D I E N T E

Diretoria
 Alexandre dos Santos - presidente
 Luiz Tadeu Milioto - vice-presidente
 Rosângela dos Santos - secretária geral
 Sílvio José Realle - tesoureiro
 Michel Iorio Gonçalves - 1º secretário
 Laércio Armesto - 2º secretário
 Nicolas Madureira Barbosa - diretor jurídico
 Luis Fabiano Mendes - diretor de planejamento e infraestrutura
 José Carlos de Almeida - diretor de comunicações
 Paulo Ferreira Luz - diretor de organização política e sindical
 Mário Augusto Bernardes - diretor de convênios

Eduardo Alexandre Teixeira Requejo - diretor de esportes
 Solange Martins de Oliveira Fernandes - diretora social e cultural

Conselho
 Adelson Pereira Gaspar
 Paulo Afonso Filgueiras Júnior
 Gisele Alonso
 Paulo Sampaio Mercadante Filho
 Alessandro Muniz Barreto

Redação
 Camila Marques, José Carlos de Almeida, Luiz Milioto, Alexandre dos Santos, Sílvio Realle e

Rosângela dos Santos
 Jornalista responsável: Camila Marques MTB 34.448
 Diagramação: www.cassiobueno.com.br
 Impressão: Gráfica Diário do Litoral - Tiragem: 7 mil exemplares

Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo - Assojubs
 Assojubs Santos - Av. São Francisco, 276/278, Centro,
 Fone: 3223-2377 - 3223-5278
 Assojubs São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11,
 Parque Bitaru, Fone: (13) 3468-2665
 Assojubs São Paulo - Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade, Fone: (11) 3101-6085

Promovido pelo Comando da Base

II Encontro Estadual dos Judiciários: início da Campanha Salarial 2013

Com o apoio da Assojubs e promovido pelo Comando da Base, aconteceu, em 1 de dezembro, no Sinsprev, na Capital, o II Encontro Estadual dos Judiciários de São Paulo, realização que deu o primeiro passo da caminhada pela Campanha Salarial 2013.

O II Encontro contou com as presenças de servidores dos prédios da Capital - Barra Funda, Brás, Brigadei-

ro, Consolação, Execução Fiscal, Hely Lopes, Itaquera, João Mendes, Lapa e Vergueiro - e das cidades de Cubatão, Jundiaí, Osasco, Ribeirão Bonito, Santo André e Santos. Também participaram, além da Assojubs, representantes do Comando da Base, Sintrajus, Sindjesp ABCDMRR, Sindjesp Caieiras e São Paulo, Sindjesp Região Metropolitana e da CSP Conlutas.

Hugo Coviello: Resolução do CNJ

O debate foi iniciado com Hugo Coviello, coordenador geral do Sintrajus, com “A análise crítica sobre a Resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)”, divulgada pelo Tribunal de Justiça em 21 de setembro, que dispõe sobre a seleção, distribuição e movimentação da força de trabalho nos órgãos da justiça estadual de 1º e 2º graus de todo o país.

A Resolução nº 0005389-73.2012.2.0000 teve como “laboratório” e base o Poder Judiciário do Estado de Sergipe, o qual tem apenas 1.832 servidores. A chamada “experiência exitosa” tem dois pilares:

1) A TLPV (Tabela de Lotação de Pessoal Variável) - que definirá o quantitativo de cargos necessários nas unidades e que terá uma tabela (equação) cujo paradigma se dá quando a unidade atinge apenas 70% da lotação;

2) O IRP (Índice de Referência de Produtividade) - o qual será obtido a partir do cálculo da produtividade média do quartil de melhor desempenho e

que se baseará apenas nas decisões terminativas sem considerar os trabalhos andamentos dos processos. O IRP será utilizado como fator de correção para ampliar a lotação de servidores nas unidades que precisarem. Ou seja, os funcionários poderão ser transferidos “por prazo determinado”, ou não, para outros setores e até outras comarcas. Esse índice também será aplicado nas áreas de execução de mandados, o IRPEX, com os mesmos critérios mencionados.

A resolução ainda restringe a criação de novas unidades judiciárias de 1º grau e também a contratação de mais servidores por concurso público, o que deverá aumentar a terceirização. E, como “medida de incentivo”, sugere a premiação por desempenho, na forma de gratificação anual de produtividade, onde apenas alguns serão premiados - o que não levarão para a aposentadoria -, ficando para segundo plano as reposições salariais e possíveis aumentos reais que englobaria o conjunto da categoria.

Nando: Análise de Conjuntura

Na sequência, o tema “Análise de Conjuntura”, proposto por Fernando Antônio Soares dos Santos (Ilaese e CSP Conlutas), que falou sobre a crise mundial do capitalismo, “a qual teve seu

início mais agudo a partir de 2007”.

Por causa da queda dos lucros das grandes empresas e corporações, a medida imediata dos patrões foi reduzir os custos, com dispensa de trabalhadores



O II Encontro contou com as presenças de servidores da Capital e das comarcas de Cubatão, Jundiaí, Osasco, Ribeirão Bonito, Santo André e Santos

Os temas abordados foram a Resolução do CNJ, a crise mundial do capitalismo e a disparidade com que o TJ trata magistrados e servidores



e a retirada de direitos, sendo necessário flexibilizar as leis para que tenham impedimentos. Nesse quadro, como tem acontecido na Europa, os trabalhadores do serviço público são os mais vulneráveis, daí o ataque aos direitos dos servidores.

O Brasil está sendo afetado com a queda das exportações e a falta de investimentos na produção continua sendo o grande exportador de matérias primas que agregam menos valor. O governo brasileiro realiza o incentivo ao consumo, o que está criando uma bola

de endividamento, principalmente da chamada “nova classe média”, que na verdade faz parte, em sua maioria, do proletariado.

Os servidores públicos ainda não têm seus direitos garantidos por negociação coletiva, mas é possível fazer uma adaptação do ACE (Acordo Coletivo Especial) quando for lei - e se o Governo quiser estender aos trabalhadores do setor público. Pode-se comparar a Resolução do CNJ com o ACE já que ambos propõem a flexibilização de direitos.

José Carlos: Orçamento do TJ-SP

Conduzida por José Carlos, a palestra “A questão do Orçamento do TJ-SP” começou explicando e mostrando as planilhas da peça orçamentária, na qual “40% da verba gasta com a folha de pagamento vai para a magistratura (2.500 juizes e desembargadores), enquanto 60% é gasto com os 57 mil funcionários (42 mil ativos e 15 mil inativos)”, o que demonstra a gritante disparidade com que o TJ trata magistrados e servidores.

A direção do TJ não utiliza critérios objetivos para distribuição de verbas, os magistrados recebem auxílio instrução no valor de R\$ 2.500,00, para compra de livros e material didático, auxílio este que não está

incluído na verba de gastos com a folha de pagamento. O Tribunal está pagando parceladamente à magistratura o auxílio alimentação retroativo a 2006, num total de aproximadamente R\$ 40 mil para cada.

O Executivo efetuou um corte de R\$ 2 bilhões no pedido de orçamento para 2013 do TJ, de R\$ 9,5 para R\$ 7,5 bilhões (estranhamente aumentou em 56% as verbas para pessoal do próprio Executivo), e mesmo assim houve um acréscimo de R\$ 700 milhões em relação a 2012, com R\$ 400 milhões a mais para gastos com o pessoal, o que, nas contas da categoria, daria para pagar uma reposição de, no mínimo, 11%.

Sindical

História de luta da classe trabalhadora

Por Paulo Ferreira Luz

Com esta edição, “O Processo” inaugura o primeiro capítulo de uma importante fase da luta da classe trabalhadora que marca o início do chamado “Sindicalismo Libertário”, que compreende o período cronológico de 1905 a 1929. A localização geográfica do ABC teve papel fundamental no surgimento da classe operária, pois, situada no meio do caminho entre São Paulo e o importante porto de Santos, alavancou o crescimento urbano e populacional da região, principalmente com o surgimento da ferrovia São Paulo Railway CO (atual Santos-Jundiaí) e, mais tarde (1913), com as obras do Caminho do Mar que permitiriam o tráfego de veículos entre o planalto e o Litoral.

A aglutinação de pessoas, o desenvolvimento do comércio e das atividades produtivas transformariam, logo depois, o ABC na mais importante concentração industrial do país. Na virada do século retrasado, a economia era predominantemente agrícola, com destaque ao cultivo dos produtos para exportação, como o café, o açúcar, o algodão e o cacau, e com o maior investimento e concentração da agricultura cafeeira no Estado de São Paulo, um negócio extremamente lucrativo pelo pequeno volume de investimento exigido. Esse fato permitiu que os patrões ligados à área cafeeira, investissem parte do capital acumulado numa nova atividade da economia, nascendo daí a indústria brasileira.

A utilização do trabalho assalariado na agricultura, principalmente através da contratação de imigrantes, foi importante para o nascimento da indústria no país, tornando-se uma forma mais avançada e sofisticada de exploração por se basear no trabalho assalariado. As várias campanhas governamentais no exterior, com o apoio dos latifundiários para atrair trabalhadores assalariados para a agricultura cafeeira, escondia uma realidade distante daquela divulga-

“
A influência dos anarquistas italianos era muito grande no início do movimento operário, tanto que o anarquismo foi a posição hegemônica no movimento operário brasileiro no período do nascimento e consolidação da indústria
 ”

da na propaganda governamental patronal, pois as terras férteis e abundantes pertenciam aos grandes proprietários e os milhares de imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e japoneses, que alimentavam o sonho de trabalho farto e enriquecimento rápido, tiveram que enfrentar a realidade de assalariado, de colonato, da agricultura de subsistência e da pequena produção mercantil.

A formação dos núcleos coloniais de italianos atraía a concentração de outros imigrantes, especialmente da região do Vêneto, e, dentre essa massa de trabalhadores imigrantes, uma parcela significativa trazia dentro de si o sonho de uma sociedade libertária sem exploração e sem patrões - sonho este constituído na luta operária que já se desenvolvia havia alguns anos no velho continente. No final do século XIX, algumas indústrias foram instaladas no ABC - com destaque para a área moveleira, uma das principais atividades

da região -, porém, nos idos de 1920 a região já contava com 120 estabelecimentos industriais diversificados, com jornadas de trabalho em suas fábricas que atingia de 14 a 16 horas diárias, com exploração da mão de obra de crianças e mulheres. Os salários pagos pelos patrões atingiam níveis extremamente baixos, havendo reduções salariais como forma de punição e castigo e todos eram explorados sem quaisquer direitos ou proteção legal, e a repressão policial estava pronta para intervir a favor dos interesses dos patrões. Assim, parecendo verdadeiros presídios, nasceram as indústrias do ABC e, junto com elas, a classe operária.

A influência dos anarquistas italianos era muito grande no início do movimento operário, tanto que o anarquismo foi a posição hegemônica no movimento operário brasileiro no período do nascimento e consolidação da indústria. Nesta época, não era o Estado ou o Governo quem definia como os trabalhadores deveriam se organizar, os quais se organizavam livremente para lutar contra as duras condições de vida e de trabalho, por uma sociedade sem classes, opressão e exploração.

Este tipo de sindicalismo era chamado de “Libertário”, pois não se atrelava ao Estado e era controlado pelos próprios trabalhadores. A força dos sindicatos estava diretamente subordinada à sua capacidade de luta, de mobilização e expressão dos anseios políticos dos trabalhadores.

Esta é a primeira parte de uma série de matérias no intuito de mostrar como foi difícil para que os trabalhadores dessem seus primeiros passos na organização sindical no Brasil. Na próxima edição, “O Processo” segue com os movimentos que marcaram o início do século XX.

Paulo Ferreira Luz, escrevente técnico judiciário da Comarca de Itanhaém e diretor de Organização Política e Sindical da Assojubs

Orçamento

Alesp mantém o corte do Executivo ao Judiciário

Praticamente ao apagar das luzes do expediente parlamentar em 2012, o plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou, em 21 de dezembro, o Orçamento do Estado para o exercício de 2013 mantendo o corte feito pelo Executivo ao Judiciário.

Nem a ida do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ivan Sartori, ao Colégio de Líderes, em 13 de dezembro, com documentos demonstrando a necessidade de recursos para a contratação de mais servidores e o pagamento da reposição salarial da categoria, e muito menos a tentativa de “esgotar politicamente a conversa com o governador”, segundo argumentou em reunião com os representantes da categoria, ocorrida em 1 de novembro, foram suficientes para reverter o corte.

Imposto pelo Executivo e reiterado pelo Legislativo, o repasse de verbas ao TJ ficou em 7.563.105.974,00 dos R\$ 9.595.564.555,00 pedidos. Em proporção, a tesourada teve maior reflexo na verba de pessoal, pois, com a diferença de mais de R\$ 2 bilhões, a somatória ficou em R\$ 5.821.163.480,00.

Em relação às emendas referentes ao Tribunal somente a que versa sobre a Infância e Juventude foi contemplada durante a votação do Orçamento do Estado para o exercício de 2013 na Alesp.

A bancada do PT e a do PSOL registraram votos contrários ao projeto. A principal crítica da oposição foi quanto ao pouco acolhimento de emendas apresentadas por deputados e à falta de transparência dos dados orçamentários.

Reunião no TJ

Sartori tenta justificar o anúncio de 6,5%



Diretoria da Assojubs participa da reunião com o TJ no Salão do Órgão Pleno, no Palácio da Justiça



O presidente, desembargador Ivan Sartori, atento aos argumentos dos representantes



Luiz Milito, vice-presidente da associação, durante sua fala

Em 2013, já foram realizadas duas reuniões entre os representantes dos servidores e o Tribunal de Justiça de São Paulo. No último encontro, em 4 de março, no Salão do Órgão Pleno, no Palácio da Justiça, na Capital, o presidente, desembargador Ivan Sartori, reiterou e tentou justificar o anúncio feito anteriormente sobre o índice de 6,5% de reposição salarial, um percentual abaixo da projeção até fevereiro, de 6,71%.

A Assojubs, representada por Alexandre dos Santos, presidente, Luiz Milito, vice-presidente, e Silvio Realle, diretor de Tesouraria, bem como as demais entidades, contestaram o índice e cobraram de Sartori o pagamento de um percentual maior que apenas a inflação, deduzindo o saldo pendente desde 2002, que está na casa dos 17,71%.

Sobre a reposição, o desembargador deixou claro que vai corrigir o erro de cálculo, ficando, então, o índice de 6,5% para a data-base em março (a ser pago em abril) e para o mês de setembro o pagamento retroativo dessa diferença da inflação. Mas disse não poder garantir um percentual mais alto, pois esbarra na questão orçamentária.

A falta de verbas também foi o discurso usado pelo presidente para informar que as diferenças salariais pendentes - parcelas de 4,77% (março a dezembro de 2010) e 1,5% (seis meses de 2011) - não serão quitadas, pois qualquer tipo de pagamento extra depende de como será fechado o orçamento do ano: "Não posso prometer o que não vou poder fazer".

Plano de Saúde

O benefício de um plano de saúde gerou muita dúvida durante a reunião e foi um tema muito discutido, tanto que causou espanto ao presidente o fato de ser compulsório e não facultativo ao servidor, como informou Mariângela Maluf Lagoa, Secretária da Área da Saúde do TJ, presente ao encontro, além de não contemplar os inativos e os agregados.

Com as explicações dos dirigentes acerca de problemas que os trabalhadores possam ter com a escolha de determinada operadora e a cobertura nas diversas cidades do Estado, Sartori concordou em formar uma comissão de representantes dos servidores e debater o assunto com os técnicos do TJ destinados a tratar do tema.

"Quero que vocês participem da elaboração porque talvez vocês consigam encontrar a saída que não estamos vendo", ressaltou o presidente, que não descartou a possibilidade de majorar o auxílio saúde em vez de instituir o plano aos servidores.

A Assojubs explicou a Sartori que a proposta que vem sendo discutida com a categoria, item da pré-pauta aprovada no V Encontro Estadual dos Servidores do Judiciário de São Paulo, organizado pela associação, é pela majoração do auxílio saúde no valor de R\$ 400,00 para os servidores e 50% por dependente.

O presidente disse que já existe um termo de referência para lançar o edital de contratação do plano de saúde, mas

garantiu que não colocará em prática sem antes discutir com os servidores. Uma reunião entre a comissão e o TJ será agendada brevemente, segundo garantiu o chefe do Judiciário.

Remoção

Sobre o Instituto de Remoção, Sartori não deu uma resposta de quando o projeto será implementado, pois informou que os técnicos do TJ ainda estão fazendo ajustes no programa para que seja viabilizado.

Aprovados em concursos

Sartori afirmou que entre maio e junho pretende finalizar os concursos do Tribunal de Justiça e chamar cerca de 3.200 aprovados, visando o preenchimento dos milhares de cargos vagos no Judiciário.

Férias e licença-prêmio

O pagamento das férias e licenças-prêmio dos trabalhadores continuará sendo feito, garantiu o presidente. Indagado até quando isso ocorrerá, respondeu: "Até o término do débito com os servidores".

Ar condicionado nos cartórios

O problema da falta de condicionadores de ar nos cartórios, que aflige os trabalhadores durante o verão por causa das altas temperaturas, Sartori deseja sanar e rápido. Alguns fóruns, como é o caso do prédio Central na Comarca de Santos, precisam de reformas em suas cabines primárias de energia, e, para o

presidente, essa questão é prioridade, como deixou evidente na reunião.

Desvio de função

Lembrado durante o encontro sobre o desvio de função, o presidente disse que concursos internos não podem ser feitos. Esclareceu que uma hipótese é pagar uma gratificação aos servidores que se encontram nesses casos.

Enchentes

Com as constantes chuvas, muitos fóruns sofreram com inundações. Um deles é o da Comarca de Cubatão, que também tem problemas estruturais. Sartori alegou que já sabe da situação e que uma equipe técnica se deslocou para a Cidade no intuito de fazer uma vistoria no local.

Presentes

Além da Assojubs, estiveram presentes o Sintrajus, Assetj, Aojesp, Affocos, Assojuris, AASPTJ-SP, Apatj, Fespesp, ASJCOESP, Fenasj, Affi, Sindjesp Caieiras-SP, Sindjesp Região Metropolitana SP, Sindjesp ABCDMRR e Comando da Base. Pelo Tribunal, participaram também Silvana Amneris, Marcus Vinícius Gonçalves e Guilherme Macedo, juízes assessores, Kauy Carlos Lopérgolo de Aguiar, secretário do Cetra, Tarcísio dos Santos, chefe de Gabinete da Presidência, Diva Elena, do SGRH, Lilian Salvador, do SPRH, e Helena Yaeco Fujita Azuma, da SOF.

Campanha Salarial 2013

V Encontro Estadual dos Servidores do Judiciário de São Paulo define a pré-pauta de reivindicações

No dia 2 de março os trabalhadores estiveram reunidos durante o período vespertino no Auditório do Sindicato dos Bancários de Santos e Região para a discussão sobre a Campanha Salarial 2013 no V Encontro Estadual dos Servidores do Judiciário de São Paulo, promovido pela Assojubs.

Marcado para 23 de fevereiro, o V Encontro foi adiado para o sábado posterior em virtude do temporal que atingiu a Baixada Santista e ocasionou transtornos para sair e chegar até a região, o que impediu a vinda do palestrante e dos companheiros da Capital. Com isso, ficou decidido realizar o debate em conjunto com a Assembleia organizada pelo Sintrajus (Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Judiciário Estadual na Baixada Santista, Litoral e Vale do Ribeira).

A discussão foi sobre a pré-pauta reivindicatória (tirada do II Encontro Estadual dos Judiciários de São Paulo, um debate que aconteceu em 1 de dezembro, na Capital), uma relação com os diversos pontos de negociação a serem apresentados ao Tribunal de Justiça durante as tratativas da Campanha Salarial deste ano, já iniciadas.

A mesa de trabalho foi composta por Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs, Hugo Coviello, coordenador geral do Sintrajus, e Marcio Cotineli, representante do Comando de Base. O trio conduziu o V Encontro e a Assembleia com a leitura dos pontos de pauta, esclarecimentos, menções sobre os itens e propostas de mudanças.

Esse debate proposto no V Encontro é de total relevância, pois, além da reposição salarial, a categoria tem importantes reivindicações como a falta de con-

dições de trabalho, a prática do assédio moral, a contratação de novos funcionários para equacionar o déficit ocasionado pelas aposentadorias e exonerações e o fim das terceirizações e privatizações, entre tantos outros itens.

“Estão a todo momento tentando tirar os nossos direitos, por isso a luta dos trabalhadores deve ser contínua, contra os ataques cometidos pelos patrões”, ressaltou Alexandre dos Santos. “Se não cobrarmos, não pressionarmos, o TJ se atém somente ao pagamento da data-base, esquecendo o que é devido para a categoria, como o acordado no Dissídio Coletivo, o qual culminou com o fim da greve de 2010, e que até hoje não foi quitado - parcelas de 4,77% (março a dezembro) e 1,5% (seis meses de 2011) -, e o saldo pendente da reposição acumulada desde 2002”, reiterou o presidente da Assojubs.

Pré-pauta aprovada

Dos muitos esclarecimento e propostas feitas, a pré-pauta reivindicatória foi aprovada. Agora, será apresentada na Assembleia Estadual, no próximo dia 13, na Capital, para apreciação, ou não, da categoria que estará reunida na Praça João Mendes, palco das diversas manifestações dos trabalhadores do Judiciário.

A pré-pauta aprovada no V Encontro Estadual dos Servidores do Judiciário de São Paulo é a seguinte:

✓ Salários

1) Reposição das perdas salariais de 17,71% (estimativa), calculadas com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para o período de março/2002 a fevereiro/2013.

2) Pagamento imediato da reposição



A discussão do V Encontro foi sobre a pré-pauta reivindicatória

de 4,77%, com juros e correção, não aplicados sobre os vencimentos de março a novembro de 2010. E 1,5% com juros e correção de março a agosto de 2011.

3) Aumento real de salário, tendo por objetivo a equiparação salarial com os trabalhadores da Justiça Federal.

4) Reajuste nos valores dos auxílios:

a) Auxílio transporte no valor de quatro (4) conduções por dia, tendo por base o valor da tarifa da Capital Paulista;

b) Auxílio saúde no valor de R\$ 400,00 para o titular e 50% por dependente;

c) Auxílio creche-escola reajustado pelo INPC anual. Prorrogação do prazo de cobertura até 12 anos de idade.

5) Pagamento imediato do saldo do passivo dos servidores, tais como FAM, férias, etc. Pagamento de direito ou be-

nefício na folha de pagamento seguinte à aquisição/concessão.

6) Incorporação ao salário do auxílio-alimentação, bem como incorporação do auxílio aos aposentados e pensionistas.

7) Pagamento imediato das avaliações ocorridas previstas na Lei 1111/10 (Plano de Cargos e Carreiras)

8) Piso salarial estipulado pelo Diece (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)

✓ Direitos

9) Redução da jornada de trabalho para 06 (seis) horas, no limite de 30 (trinta) horas semanais, com 02 (dois) turnos de trabalho, sem redução dos salários.

10) Reconhecimento pelo Tribunal



A mesa de trabalho foi composta por Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs, Hugo Coviello, coordenador geral do Sintrajus, e Marcio Cotineli, do Comando de Base

de Justiça das comissões de prédios, de Fórum, de Comarca, ou outras formas de organização por local de trabalho, como legítimos representantes dos trabalhadores daquela unidade, com a liberação dos membros eleitos para a realização das reuniões e atividades, sem descontos nos vencimentos.

11) Estabelecimento de cronograma de reuniões entre representantes dos trabalhadores e Comissão de Orçamento, para acompanhamento da execução do orçamento anual, e intervenção na elaboração do Orçamento nas questões de interesse do funcionalismo.

12) Reuniões do Órgão Pleno abertas, democráticas e transparentes. Incentivo à participação efetiva do funcionalismo, com direito a voz aos representantes, nas questões administrativas ou de interesse da classe.

13) Fim do Assédio Moral. Estabelecimento de canais dedicados, exclusivos e de composição paritária, com a finalidade de apurar as denúncias e encontrar soluções. Elaboração pelo Tribunal, de campanha interna aos gestores. Enfim, realização de verdadeira campanha contra o assédio moral, com possibilidade de divulgação e conscientização nos cartórios pelos representantes dos trabalhadores.

14) Licença paternidade de 30 dias.

15) Fim das terceirizações e privatizações de setores e Oficiais de Justiça "Ad Hoc".

16) Concursos públicos em regime urgência para o preenchimento imediato dos milhares de cargos vagos. Definição de cronograma de concursos públicos

para completar o quadro de funcionários, que seja suficiente ao bom desempenho das atividades da Justiça.

17) Suspensão imediata da Avaliação de Desempenho. Criação de Comitê de Trabalho, com representantes eleitos entre os trabalhadores, não comissionados, em cada local de trabalho, para elaboração e aplicação de Plano de Cargos e Carreiras e Avaliação de Desempenho, que contemple as preocupações do funcionalismo.

18) Aplicação imediata pelo Tribunal de Justiça, em âmbito administrativo, de questões já decididas por Cortes Superiores do País, com o imediato enquadramento salarial e o pagamento dos valores devidos, evitando-se ações judiciais.

19) Rever o valor e forma de pagamento de diária dos servidores que prestam serviços nos plantões judiciais e em outras Comarcas.

20) Pagamento das horas credoras.

✓Saúde e Condições de Trabalho

21) Instituição de normas de participação dos trabalhadores nas decisões relacionadas à Saúde e Condições de Trabalho, nos moldes das CIPA's, com representantes eleitos.

22) Liberação do ponto para atendimento médico.

23) Intervalo de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados em digitação para descanso e prática de ginástica laboral.

24) Criação de ambulatórios médicos, odontológicos e psicossociais nas unidades de trabalho. Instalação de banheiros adequados e água potável.

25) Melhores condições de trabalho.

Fornecimento, pelo Tribunal, de instalações, instrumentos, equipamentos, materiais, etc, necessários ao desempenho das funções e ao atendimento das necessidades dos funcionários. Melhorias nas condições de segurança geral dos prédios.

26) Licenças médicas: publicação imediata no DJE das licenças médicas concedidas. Fim imediato da recusa de atestados e laudos médicos por parte dos peritos em todo o estado.

✓Questões Específicas

27) Criação do cargo de escrivão 1 nas unidades da administração geral das comarcas.

28) Criação de gratificação especial judiciária para equiparação dos salários de agente administrativo judiciário (auxiliar judiciário VI), agente de serviço judiciário (auxiliar judiciário I), agente operacional judiciário (auxiliar judiciário II) e agente administrativo judiciário (auxiliar judiciário III, IV e V) que se encontram ou estiveram em desvio de função.

29) Pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade para cargos, funções e atividades que impliquem em risco à saúde e segurança do servidor.

30) Estabelecimento de programas de supervisão e capacitação aos servidores.

31) Jornada de 30 horas semanais aos psicólogos, nos moldes da jornada conquistada pelos assistentes sociais.

32) Comissões paritárias, com representantes dos trabalhadores e do Tribunal de Justiça, para solução de proble-

mas relativos aos diversos segmentos existentes no Tribunal, entre outros:

- a) Oficiais de Justiça;
- b) Agentes de Segurança;
- c) Estagiários

33) Fim da livre nomeação para os cargos de chefia, criação de concurso interno com critérios objetivos.

34) Fim do "cartorião". Fim da criação de novas varas sem que haja funcionários suficientes para o seu funcionamento, designados e lotados exclusivamente para as novas varas.

Bandeira de Luta

- Que o TJ manifeste zelo e boa prestação do Iamspe

Representantes presentes

Estiveram presentes no V Encontro Estadual dos Servidores do Judiciário de São Paulo representantes das comarcas de Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Itanhaém, Registro, Guarulhos, Osasco e dos diversos prédios da Capital.

Assembleia Estadual

Para deliberar sobre a Campanha Salarial 2013 e definir a pauta de reivindicações, no dia 13 de março, a partir das 13 horas, na Praça João Mendes, na Capital, haverá uma Assembleia Estadual da categoria.

Portanto, servidor, faça sua parte! Compareça e contribua para o aprimoramento das ações de luta e mobilização da Campanha Salarial 2013.



A Comarca de Registro foi representada no debate pela Campanha Salarial

Oficiais de Justiça

O processo de certificação à distância

Por **Eliana Maria dos Santos**

A certificação à distância, que faz parte do Projeto Piloto SAJ (Sistema de Automação Judiciário) Módulo Central de Mandados com Web Connection, é uma reivindicação dos oficiais de justiça.

O processo só pode ser feito a partir dos terminais das próprias centrais e é moroso em si, pois tem que alimentar o SAJ com muitas informações, o que demanda muitos "cliques", com abertura e fechamento de janelas, além da elaboração da certidão, evidentemente. Então, o tempo despendido para essa tarefa é grande, o que muitas vezes chega a comprometer o cumprimento de mandados, principalmente aqueles com prazos muito exíguos.

Arelado a isso, tem a falta de estrutura física de muitas centrais, pois uma boa parte delas as condições são insuficientes: falta de espaço físico e de computadores, constantes quedas de sistema e energia, manutenção dos terminais muito demorada e até falta de mesas. Sem fa-

lar da notória falta de oficiais de justiça e de prazos irreais para cumprimento, com grandes quantidades de mandados de "24 horas e incontinentes".

Essa questão tem sido colocada sempre nos encontros entre representantes dos oficiais e do Tribunal de Justiça. No final do ano passado, um grupo de servidores foi chamado para uma reunião com a equipe técnica do TJ - Secretaria de Primeira Instância (SPI) e Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) - para um "projeto piloto" visando a certificação à distância.

Nela, foram selecionados quatro oficiais para o "teste": um do Interior (cidade de Sertãozinho), um do Fórum Regional de Itaquera, um do prédio das Execuções Fiscais e um do Fórum Barra Funda. Lá, o Tribunal apresentou o projeto, que contaria com três fases.

Na primeira fase, os oficiais certificariam mandados fictícios, a fim de se detectar problemas. Na segunda, passariam para os mandados reais e na terceira, haveria a extensão para os demais

servidores da função.

No cronograma apresentado, a primeira fase duraria até janeiro/fevereiro deste ano e, apesar de aparentemente não terem sido observados maiores problemas técnicos, até o momento não iniciou-se a segunda fase. A explicação da equipe técnica é que para a extensão do projeto a todos se faz necessária uma licitação para contratação de um servidor e um link à parte, para suportar o tráfego extra gerado pela nova certificação.

Mas, apesar de ser uma reivindicação dos oficiais, há algumas preocupações sobre os desdobramentos desse processo. Veio à tona um temor significativo, que o patrão se aproveite disso e repasse toda, ou a maior parte, da responsabilidade da certificação para os servidores.

A certificação à distância tem que ser outra possibilidade para que o oficial execute suas tarefas, mas não assumir as obrigações do Tribunal com relação a isso. Não se pode ter que assumir gastos extras como a compra e manutenção de equipamentos pessoais, bem como con-

tratamento de servidores compatíveis com a necessidade técnica gerada, gastos com impressão, entre outras coisas, e nem ser responsabilizados pela segurança dos dados. Por isso, o reforço nas reivindicações no sentido de que o espaço físico das centrais seja mantido, inclusive com a urgente adequação daquelas que funcionam de forma improvisada e inadequada.

Essa preocupação foi colocada na primeira reunião do projeto e houve a garantia da SPI, registrada em ata, que o TJ manterá e melhorará a estrutura das centrais e que a possibilidade de certificação à distância será apenas uma ferramenta extra para o oficial. Deve-se estar muito alertas a isso!

Eliana Maria dos Santos, oficial de justiça do Fórum da Barra Funda e associada da Assojubs

Com informações de Antônio Kazuo, oficial de justiça do Fórum da Barra Funda que também participa do projeto

Sede São Paulo

Assojubs promove o Programa Saúde da Visão e demonstração de quick massage

Uma iniciativa da Diretoria de Convênios da Assojubs realizou na Sede São Paulo da entidade, no fim do ano passado, o Programa Saúde da Visão, em parceria com a Ótica Anchieta Vision, e a demonstração gratuita de quick massage, feita pela massoterapeuta Fernanda Moraes.

A ação promovida para os servidores da Capital, associados ou não, aconteceu no dia 29 de novembro, no período entre 10 e 16 horas. O Programa Saúde da Visão organizou um atendimento feito por técnicos ópticos especializados em educação, prevenção e manutenção.

Aplicada em uma cadeira extremamente confortável e especialmente projetada para a técnica, os servidores

também puderam conhecer um pouco mais sobre a quick massage que traz inúmeros benefícios como a redução do estresse, tensão muscular e dores, alivia a fadiga, ajuda a prevenir a LER (Lesão por Esforço Repetitivo) e DORT (Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho), proporciona aumento da imunidade, melhora da criatividade, humor e disposição para enfrentar a rotina.

Ação se repete - Antes de ser feita na Capital, a parceria entre a Assojubs e a Ótica Anchieta Vision já tinha realizado o Programa Saúde da Visão na Sede Santos, em 24 de agosto, e devido ao grande interesse dos servidores pela ação, a Diretoria estendeu o atendimento aos judiciários de São Paulo.



Atendimento feito por técnicos ópticos especializados em educação, prevenção e manutenção

Atendimento semanal – Vale lembrar que os associados e servidores de Santos e São Vicente dispõem semanalmente das sessões de quick massage nas sedes da associação nas comarcas. Os interessados devem marcar o horário na Secretaria com, no mínimo, dois dias de antecedência para que massoterapeuta possa organizar sua agenda e prestar um bom atendimento.

Fernanda Moraes está toda quarta-feira, das 9 às 17h30, na Assojubs São Vicente, e às quintas-feiras, das 8 às 18



Servidores também puderam conhecer um pouco mais sobre a quick massage

horas na Sede Santos. Para a sessão de 15 minutos o valor é de R\$ 10,00. Já para a sessão de 30 minutos o custo é de R\$ 25,00. O pagamento para associados pode ser feito através do débito em conta.

Em Santos, para agendar o horário é só ligar no 3223-2377. Em São Vicente, contato pelo 3468-2665.

Iamspe

União de forças: A luta por melhor atendimento na Baixada Santista

Por *Guilherme Nascimento*

Até 2008 as lutas das entidades de servidores públicos eram feitas de modo isolado na região. Entidades como o Capesp (Centro Associativo dos Profissionais de Ensino do Estado São Paulo) e Assojubs, por exemplo, tinham suas demandas encaminhadas por conta da movimentação de seus associados sem a devida articulação política e união de forças para efetivar um melhor atendimento médico na Baixada Santista.

O resultado dessa atuação individual era a perpetuação da precariedade do atendimento médico. Com um Ceama (Centro de Atendimento Médico e Ambulatorial) centralizado em Santos, mas com poucas especialidades e sem um convênio médico hospitalar, muitos servidores sequer sabiam da existência do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) e acabavam migrando em massa aos planos de medicina de grupo, os populares planos de saúde.

Em 2008, assumiu como Coordenação da Mesa diretora da Comissão Consultiva Mista (CCM) do Iamspe Sylvio Micelli, militante da Assetj e Fespesp (Federação das Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo). Através da Fespesp, Micelli fez a divulgação do trabalho em defesa do Iamspe, bem como de sua bandeira de luta: o repasse de 2% como contrapartida do Governo do Estado.

No início do 2º semestre de 2008, o Capesp, através do professor Guilherme Nascimento, começou sua participação nas plenárias da CCM e a necessidade de uma atuação conjunta se fez evidente. Uma entidade pioneira juntamente com o Capesp foi a Assojubs, na época sob a presidência de Hugo Coviello, e rapidamente começaram os preparativos para uma ação mais eficaz na cobrança de um atendimento médico condizente com a necessidade do servidor público da Baixada Santista.

“
A primeira ação deste grupo foi a realização de uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Santos, em setembro de 2008

Assim sendo, em agosto de 2008 foi organizada a primeira reunião para a formação de uma “comissão provisória” organizadora da luta. Foram convidadas as seguintes entidades, além das pioneiras Assojubs e Capesp: CPP, Apampesp, Apeoesp Litoral Sul, Apeoesp Santos e Sindaúde.

A primeira ação deste grupo foi a realização de uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Santos, em setembro de 2008. Presentes naquele dia: Coordenação da CCM Iamspe (Sylvio Micelli), representantes do Iamspe (Elenice Trópico e Wagner Magosso) e parlamentares - a deputada Maria Lucia Prandi (PT) e as vereadoras Telma de Souza (PT) por Santos, Regina Célia (PT do B) por Itanhaém e Onira Betioli (PT) por Peruíbe.

Um sucesso de público. Plenário lotado por servidores que puderam expor suas queixas e necessidades aos representantes do Iamspe de modo contundente e justo. Historicamente ficou conhecida como a Audiência Pública mais “nervosa” que a Mesa Diretora do Iamspe já participara.

O resultado da Audiência foi a criação de uma plenária regional de entidades para direcionar a forma de atuação. Novas entidades foram convidadas como a Afuse e Sifupesp, da Polícia Civil e agentes penitenciários. Todos os

parlamentares da região foram convidados, porém, somente os que participaram anteriormente compareceram, além do deputado Carlos Gianazzi (PSOL).

A plenária de entidades organizou a participação na Audiência Pública Estadual no final de outubro e no Encontro Estadual do Iamspe em novembro de 2008.

Após a intensa participação nestes eventos, formou-se a Comissão Regional da CCM Iamspe - Santos e Região. Nessa ocasião foi eleita a seguinte mesa coordenadora: Hugo Coviello (Assojubs) – Presidência, Enio Pinto de Almeida (Apeoesp Litoral Sul) - Vice-presidência e Neyde Nascimento (Apampesp) - Secretaria Geral.

Na mesma época houve a eleição da Mesa Diretora da CCM, com a recondução de Sylvio Micelli para a Presidência e a eleição de Guilherme Nascimento (Capesp) para a Coordenação da Região do Litoral.

Essa gestão (2009/2011) teve como característica a defesa do repasse dos 2% e a ampliação dos convênios ambulatoriais e as denúncias da precariedade do atendimento médico na Baixada Santista. Uma de suas ações foi a audiência na Secretaria de Gestão, intermediada pela deputada Maria Lucia Prandi, com as presenças da Presidência e da Coordenação do Litoral da CCM Iamspe, da CR Santos, da vereadora Regina (Itanhaém), do secretário de Gestão e de representante da Superintendência do Iamspe.

Em outra audiência Pública na Assembleia Legislativa (maio 2009) foi feita a denúncia do valor irrisório repassado ao Ceama de Santos. Em agosto, a presença na Audiência Pública da LDO onde novamente foi denunciado as condições precárias de atendimento médico na Baixada Santista e a aplicação de 2% do Governo para o Instituto.

Em novembro de 2009, a CR reuniu-se com a Superintendência do Iamspe na sede do Ceama e apresentou nova-

mente uma série de reivindicações, entre elas um veículo (van) para transporte de pacientes para o Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE) e uma ambulância à disposição do usuário. Nesse ano foi conquistado o convênio médico-hospitalar com o Hospital Santo Amaro, no Guarujá.

Em maio de 2010, um nova Audiência Pública na Câmara de Santos em que os servidores puderam fazer sua avaliação do Iamspe junto aos representantes da Superintendência.

No início de 2011, novas eleições para a Comissão Regional, ficando assim constituída: Enio (Capesp) - Presidência, Neyde (Apampesp) - Vice-presidência e Hugo (Assojubs) - Secretaria Geral.

A marca dessa gestão foi a descentralização com a instituição do rodízio das reuniões mensais em diversas associações e sindicatos, a ampliação da participação de outras entidades, entre elas a Afpesp, e a formação da Comissão Municipal de Peruíbe. Além disso, as audiências públicas se espalharam pela região sendo realizadas em Mongaguá, Peruíbe, Cubatão e Santos.

Foi nesse período que algumas conquistas se concretizaram, como a ambulância para remoção de emergência e o veículo (gratuito) para transporte de pacientes crônicos e usuários do HSPE. A luta por um local mais adequado para atendimento também se intensificou e hoje essa vitória está mais perto.

Ainda há três grandes metas a serem atingidas: o convênio médico-hospitalar mais amplo para toda Baixada Santista, o repasse dos 2 % do Governo do Estado para o Instituto e a criação de um Conselho Administrativo, Fiscal, Deliberativo e paritário para o Iamspe.

Vamos continuar na luta!

Guilherme Nascimento, coordenador do Litoral da CCM Iamspe, professor da rede estadual de ensino e presidente do Capesp

Social

Mais um ano de luta e trabalho: Assojubs realiza Festa de Confraternização

Em 30 de novembro passado, a Assojubs promoveu a Festa de Confraternização, um evento que reuniu associados, seus dependentes e convidados para comemorar o encerramen-

to de mais um ano de luta e trabalho da associação.

A Festa de Confraternização aconteceu no Salão Social de Mármore do Santos Futebol Clube. O som que em-

balou a pista de dança foi o da Banda Musirama, com repertório variado de pop, rock e MPB, e a gastronomia da noite ficou a cargo do Buffet Viviane.

Entre os muitos presentes ao festejo,

que também celebrou os 24 anos de existência da Assojubs (posteriormente completados em 7 de dezembro), servidores das comarcas de Santos, São Vicente, Praia Grande, Itanhaém e Cubatão.



EM ILHABELA E CARAGUATATUBA

Aluguel – DIÁRIAS, FINS DE SEMANA E FERIADOS

Condições especiais para a associados da Assojubs

✓ Pousada

✓ Chalé

✓ Casa

Tratar com Renato (Rato): (12) 7818-4599



Convênios

Esportes



Farmácias e Drograria



Vacinas



Podologia



Mudança no atendimento do Ambulatório Odontológico

O Ambulatório Odontológico da Assojubs teve alteração em sua rotina de funcionamento. Desde o começo do ano, o atendimento prestado no consultório é o seguinte:

✓ Segundas e quartas-feiras, a partir das 18 horas, na Oficina do Sorriso, com a Dra. Verena Tubel (três pacientes por dia). O endereço é Rua Marechal Floriano Peixoto, 278, Gonzaga, Santos. O telefone é 3251-2446.

✓ Terça e quartas-feiras, das 14 às 18 horas, na Assojubs Santos, com o Dr. Rogério Ferreira Ramalho. O atendimento pode ser agendado através da Secretaria da associação, pelo 3223-2377.

Para a consulta, tanto na Assojubs quanto na Oficina do Sorriso, é obrigatória a apresentação da carteira de sócio ou dependente.

Acesse nosso site e confira a lista completa de conveniados:

www.assojubs.org.br

Não fique só, fique sócio da Assojubs!

- 1) Assistência Jurídica
- 2) Planos médicos
- 3) Ambulatório odontológico

- 4) Cartão de consumo Vale Card
- 5) Restaurante (Santos)
- 6) Convênios educacionais

- 7) Convênios de descontos
- 8) Barraca de Praia
- 9) Lazer - Clube de Campo



Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo



Ficha de Filiação - Associados Efetivos

Número:
 Nome:
 RG: Nascimento:
 CPF: Estado Civil:
 End.: N°: Complemento:
 Bairro: CEP:
 Cidade: Tel.:
 E-mail: Cel.:
 Nextel: ID:
 Função: Matrícula:
 Lotação: Cidade:
 Pai: Nascimento:
 Mãe: Nascimento:
 Cônjuge: Nascimento:
 Dependente: Nascimento:
 Dependente: Nascimento:
 Dependente: Nascimento:

Autorização

Nome:
 titular da conta corrente nº banco ag.
 Autorizo a Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo a debitar mensalmente em minha conta corrente ou via Prodesp o valor equivalente à contribuição de associado: 1% dos vencimentos brutos iniciais da respectiva carreira do quadro funcional dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como outros débitos comprovados e autorizados.
 _____, ____ de _____ de _____
 Assinatura

 Ciente _____ / _____ / _____
 Presidente da Assojubs _____

Sede Santos - Av. São Francisco, 276/278, Centro, CEP 11013-202 - Tel.: (13) 3223-2377
 Sede São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, CEP 11310-350 - Tel.: (13) 3468-2665
 Sede São Paulo - Rua da Glória, 152, conj. 42, Liberdade, CEP 01510-000 - Tel.: (11) 3101-6085

secretaria@assojubs.com.br
www.assojubs.org.br



Boteco Chic
Assojubs

19/4
20h30

Com Stand
Up Musical

Convites
Limitados

Apresentação de 2 + 1 shows

Sócios e Dependentes - R\$ 10,00
Convidados - R\$ 15,00
Crianças até 12 anos não pagam

Local: Assojubs Santos
Av. São Francisco, 276/278




Coral Assojubs

2013



Compartilhe conosco essa experiência tão gratificante que é viver a música, linguagem universal que encanta, relaxa e fortalece o espírito.

Não precisa ter experiência vocal anterior. Aproveite a oportunidade: o canto coral lhe dá, além do prazer de cantar, a segurança de cantar em grupo e tudo de bom que essa convivência lhe proporciona.

Nosso repertório é formado, principalmente, por música popular brasileira, como Chico Buarque, Milton Nascimento, Boca Livre, Guilherme Arantes, entre outros.

Venha nos conhecer, temos certeza de que terá vontade de participar!

Nossos encontros são sempre às quartas-feiras às 19h15 na Assojubs.

Aguardamos você!



VALORES - ASSOCIADOS

R\$ 60,00 diária (c/ pernoite) - 4 pessoas
R\$ 12,00 o ingresso por associado (ou dependente) para um dia de lazer

ALUGUEL PARA EVENTOS - ASSOCIADOS

R\$ 700,00 por dia (c/ pernoite) - até 35 pessoas
R\$ 1.500,00 (s/ pernoite) - até 150 pessoas
R\$ 2.000,00 (s/ pernoite) - até 200 pessoas

Reserve já! Entre em contato
com a Secretaria da Assojubs
Fone: 13. 3223.2377



Em Pedro de Toledo

CLUBE DE CAMPO DA
ASSOJUBS